

Meio Ambiente: Semana debate contratações sustentáveis

Programa Senado Verde organiza a IV Semana do Meio Ambiente, com uma série de debates e exposições. De hoje até quarta-feira, será realizado o Congresso Internacional de Contratações Públicas Sustentáveis

Durante três dias, especialistas vão discutir, no auditório do Interlegis, como criar critérios sustentáveis nas compras e licitações realizadas pelo poder público. O debate será

transmitido ao vivo no *site* do Interlegis, no endereço www.interlegis.gov.br. O congresso, organizado pelo Ministério do Planejamento, será aberto hoje, às 14h. Na quinta-feira, os diretores-gerais do Senado,

Reprodução



Haroldo Tajra, e da Câmara, Sérgio Sampaio, vão assinar um termo de compromisso sobre a adoção de critérios para compras sustentáveis. A IV Semana do Meio Ambiente inclui também iniciativas como concurso

de fotografia, exposição da campanha publicitária *Faça a coisa certa* e mostra sobre os principais tipos de energia empregados no Brasil, além do recolhimento de pilhas e baterias. **2**



Pré-sal exige segurança ambiental, diz especialista

A exploração do petróleo em águas profundas exige o desenvolvimento de tecnologia de segurança, alerta em entrevista à TV Senado o professor Marcel Burstyn. **4**

Guarda costeira norte-americana tenta reduzir proporções do desastre ambiental decorrente de explosão no Golfo do México

Entidades de turfe podem ter redução em recolhimento de tributo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que reduz a base de cálculo da contribuição devida pelas entidades de turfe à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional. **3**

Senado vota amanhã a proposta de novo Código de Processo Penal

Com a pauta trancada pelos projetos relativos ao marco regulatório do pré-sal, Senado realiza amanhã, a partir das 10h, sessão extraordinária para votar a reforma do Código de Processo Penal (CPP). **3**

Projeto estabelece o parcelamento de multas de trânsito

A possibilidade de parcelar multas em até seis vezes está prevista em proposta do senador Raimundo Colombo, que pode ser examinada nesta quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **3**

Programação alusiva ao dia mundial, celebrado em 5 de junho, inclui campanha, exposições e congresso internacional de contratação pública sustentável

Semana do Meio Ambiente tem debate e exposições

PARA COMEMORAR O Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o programa Senado Verde organizou a IV Semana do Meio Ambiente, com uma série de debates e exposições.

Tem início hoje, a partir das 14h, e prossegue até quarta-feira, no auditório do Interlegis, o Congresso Internacional de Contratações Públicas Sustentáveis, organizado pelo Ministério do Planejamento com o apoio do Senado Verde. Durante três dias, especialistas discutirão como criar critérios sustentáveis nas compras e licitações realizadas pelo poder público. O debate será transmitido ao vivo pelo site do Interlegis, no endereço www.interlegis.gov.br.

Na quinta-feira, os diretores-gerais do Senado Federal, Haroldo Tajra, e da Câmara dos

Confira a programação		
Solenidade de abertura da IV Semana do Meio Ambiente do Senado Federal. Lançamento do II Concurso de Fotografia do Legislativo Federal e da página na internet do programa Senado Verde. Apresentação da campanha Faça a coisa certa . Salão Branco do Senado Federal (Chapelaria) 8 de junho, 9h30	Exposição da campanha Faça a coisa certa . Mostra das poltronas Kyoto , fabricadas com materiais reaproveitados, e gravação de recados com dúvidas, elogios, críticas ou sugestões ao programa de gestão ambiental do Senado Federal. Salão Branco do Senado Federal de 8 a 14 de junho	Exposição Qual a Energia Queremos para a Nossa Vida? Senado Galeria de 7 a 18 de junho Recolhimento de pilhas e baterias Ivandro Cunha Lima de 7 a 11 de junho Congresso Internacional de Contratações Públicas Sustentáveis Auditório do Interlegis de 7 a 9 de junho

Deputados, Sérgio Sampaio, vão assinar um termo de compromisso sobre a adoção de critérios para compras sustentáveis. A assinatura será às 10h no Plenário 8 da Câmara dos Deputados.

Participarão dos debates, entre outros, o vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, o presidente da Telebrás, Rogério Santanna dos Santos, e o consultor-geral da União, Ronaldo Jorge Araujo

Vieira Junior.

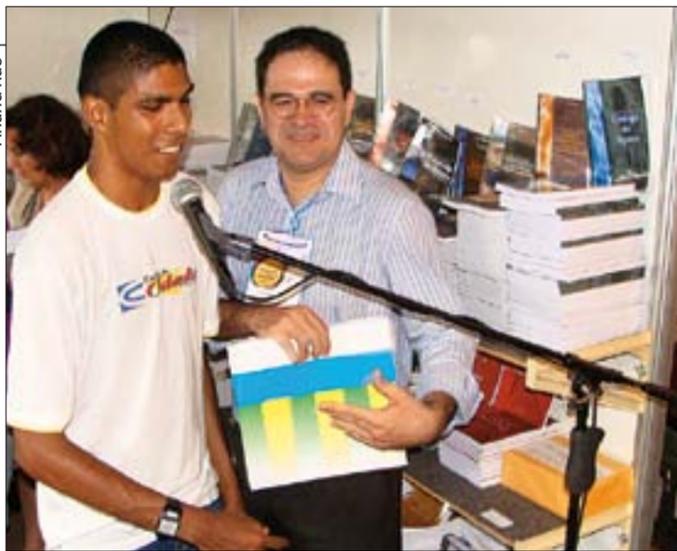
Amanhã, às 9h30, no Salão Branco do Congresso, será apresentada a campanha publicitária **Faça a coisa certa**, elaborada pela Subsecretaria de Projetos Especiais com o objetivo de mobilizar funcionários e visitantes, explicar o funcionamento do sistema de coleta seletiva do Senado e facilitar a reciclagem dos materiais descartados.

No evento também serão apresentados a nova página do Senado Verde na internet e o II Concurso de Fotografia do Legislativo Federal. Em parceria com o Ecocâmara e o TCU Ecologicamente Correto, o concurso, sobre o tema energia, é aberto aos servidores das três casas. As regras e a ficha de inscrição serão publicadas no site www.senado.gov.br/senadoverde. O

concurso é patrocinado pelo Sindilegis e os vencedores receberão prêmios em dinheiro.

No espaço Ivandro Cunha Lima, o Senado Verde recolherá pilhas e baterias, que serão encaminhadas para a reciclagem por meio do Banco Real. Na Senado Galeria será montada a exposição **Qual a Energia Queremos para a Nossa Vida?**, onde o visitante poderá conferir os principais tipos de energia que compõem a matriz brasileira. Engenhocas divertidas vão dar uma noção de como os hábitos de consumo impactam o meio ambiente.

Criado em 2007, o Programa Senado Verde visa estimular iniciativas de boa gestão ambiental, evitar desperdícios e reduzir o consumo de energia, água e papel.



Machado de Assis iniciou sua vida profissional atuando como jornalista, cobrindo as sessões do Senado em 1860, no Império. Por meio de crônicas, ele contou aspectos do Rio de Janeiro e traçou perfis sobre personagens do Legislativo da época. Alguns desses textos estão incluídos na obra **O velho Senado**, publicada pelo Conselho Editorial do Senado em 2004, e agora, em 2010, transcrita para o braille. **O velho Senado** em

braille foi uma das obras que o Senado doou em evento realizado na quarta-feira, no 8º Salão do Livro do Piauí. Ao realizar a entrega de um dos kits braille para a Associação dos Cegos do Piauí, o diretor-geral do Senado Federal, Haroldo Tajra, destacou a importância de a instituição oferecer em braille não apenas publicações contendo a legislação brasileira, mas também obras que tenham significado importante para a história do país.

Correção

Ao contrário do que informou a matéria "Projeto dispõe sobre fidelidade partidária", publicada sexta-feira, o projeto de lei (PLS 289/05) que exige do candidato três anos de filiação partidária ainda passará por turno suplementar de votação na Comissão de Constituição e Justiça. Se aprovado e se não houver recurso para análise em Plenário, seguirá à Câmara dos Deputados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão de hoje, não deliberativa, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias.

CI Organizando desafios

18h Reunião do grupo de trabalho que consolidará as propostas da Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais: recursos humanos para inovação e competitividade.

Terça-feira

CAS Médicos estrangeiros

9h Audiência pública sobre o exercício de profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais. Foram convidados, entre outros, os presidentes dos conselhos nacionais de Saúde e de Educação.

CRA Seguro-desemprego

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa projeto que concede seguro-desemprego, na época da entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

CAE Indicação para o Cade

10h A Comissão de Assuntos Econômicos saba-tina Vinícius Marques de Carvalho, indicado para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

CE Mão de obra escrava

11h Pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte veda a atribuição a logradouros, obras e monumentos públicos de nomes de pessoas envolvidas com a exploração de mão de obra escrava.

CMA Cadastro de obra inacabada

11h30 Dois projetos têm decisão terminativa: o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas e o que obriga a oferta de meia-entrada, também na internet, na venda de ingressos.

Quarta-feira

CCT Recursos para biossegurança

8h30 Na pauta, projeto que estabelece mecanismo para pagamento de transporte, diárias e jetom de presença para os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

CCJ Jurista debate CPC

9h Audiência pública para debater o novo Código de Processo Civil com a presença do ministro Luiz Fux, do STJ. Logo após, senadores analisam projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura.

Reunião conjunta Resíduos sólidos

11h30 Projeto que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos será analisado pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Meio Ambiente (CMA).

12h Projeto que altera a Lei Pelé deve ser votado em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Educação (CE).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burler

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

À semelhança do que foi feito para a votação do reajuste das aposentadorias, Plenário realizará sessão extraordinária para examinar reforma do código

Senado vota amanhã proposta de novo Código de Processo Penal

A PROPOSTA DE reforma do Código de Processo Penal (CPP) será votada pelo Plenário do Senado amanhã, em sessão extraordinária, às 10h. Essa foi a forma encontrada pelas lideranças partidárias para colocar projetos importantes em votação, já que a pauta segue trancada pelos projetos relacionados ao marco regulatório do pré-sal, que tramitam em regime de urgência. A solução é a mesma usada na votação do PLV 3/10, pelo qual são reajustados em 7,72% os benefícios dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo e é extinto o fator previdenciário.

O código a ser alterado tem quase 70 anos e trata das regras processuais de natureza penal.

A reforma do CPP (Decreto-Lei 3.689, de 1941) começou a se desenhar, no Senado, em 2008, quando uma comissão de juristas analisou o tema e apresentou um anteprojeto. A motivação foi a de modernizar a legislação, tornando os processos penais mais ágeis, e, ao mesmo tempo, dar mais garantias para os réus e para as vítimas.

O presidente do Senado, José Sarney, encampou o projeto, que passou a tramitar como o PLS 156/09. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi criada a Comissão Temporária de Estudo da Reforma do CPP, cujo relator, Renato Casagrande (PSB-ES), apresentou proposta de código já aprovada pela CCJ.

Processos criminais mais ágeis

Veja algumas das principais modificações propostas no projeto de Código de Processo Penal que o Senado examina amanhã

Modelo acusatório

O projeto define o processo penal de tipo acusatório, onde os papéis dos sujeitos processuais são mais bem definidos, com a proibição de o juiz substituir o Ministério Público na função de acusar e de levantar provas.

Interceptação telefônica

As escutas telefônicas somente serão autorizadas em crimes cuja pena máxima for superior a dois anos, situação que caracteriza as infrações de médio e grave potencial ofensivo.

Inquérito policial

Com o objetivo de reforçar a estrutura acusatória, o inquérito policial iniciado deverá passar a ser comunicado imediatamente ao MP.

Juiz das garantias

É criada a figura do juiz das garantias, responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos fundamentais do acusado.

Júri

Outra mudança é a permissão para que os jurados conversem uns com outros, salvo durante a instrução e os debates.

Ação penal

Acaba com a ação penal privativa do ofendido, hoje prevista nos crimes contra a honra, de esbulho possessório de propriedade particular, de dano, fraude à execução, exercício arbitrário das próprias razões, entre outras infrações penais.

Recursos de ofício

Acabam os recursos de ofício, quando o juiz remete sua decisão ao tribunal competente para necessário reexame da matéria, independente da manifestação das partes.

Interrogatório

Passa a ser tratado como meio de defesa e não mais de prova, ou seja, é um direito do investigado ou do acusado.

Paim defende voto aberto no exame de vetos presidenciais

Quase todos os vetos presidenciais acabaram sendo acatados pelos parlamentares nos últimos anos em votações secretas. Por isso, Paulo Paim (PT-RS) defende a votação aberta. Segundo o senador, a medida será fundamental se forem vetados o fim do fator previdenciário e o reajuste de 7,72% para os aposentados que recebem acima do salário mínimo.

Paim espera que o Senado aprove, já nos próximos dias, o fim do voto secreto, assunto da Proposta de Emenda à Consti-

tuição (PEC) 38/04, que passou na última semana na Comissão de Constituição e Justiça. A iniciativa prevê o voto aberto não apenas para os vetos, mas também para os processos de perda de mandato parlamentar e para a aprovação de determinadas autoridades.

– Com o voto aberto, tenho certeza absoluta de que esses eventuais vetos seriam derrubados. Na votação secreta, só Deus sabe o que pode acontecer – observou o senador em entrevista à Agência Senado, na sexta-feira.



Tributo devido hoje é calculado sobre o valor total das apostas feitas no mês

Contribuição paga por entidades de turfe pode ser reduzida

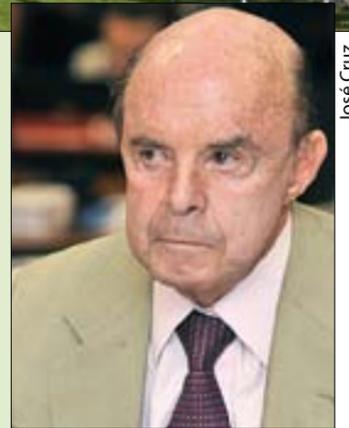
A pauta de amanhã da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) inclui decisão terminativa sobre projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que reduz a base de cálculo da contribuição devida pelas entidades de turfe à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional.

No sistema de contabilidade federal, esse pagamento se chama Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas e é recolhido sobre o valor total do movimento geral de apostas verificadas no mês. O projeto (PLS 119/10) busca adequar essa contribuição à atualidade, já que, em razão da maior oferta de diversões, houve uma diminuição do número de pessoas interessadas

em corridas de cavalos.

De acordo com a Lei do Turfe (Lei 7.291/84), essa contribuição é destinada à administração, desenvolvimento da equinocultura e auxílio às sociedades e entidades turfísticas. O texto de Dornelles altera a lei para determinar que, no cálculo dessa contribuição, do valor total do movimento geral de apostas sejam deduzidos os valores pagos aos apostadores e os valores pagos, a título de prêmio, aos proprietários, criadores de cavalos e profissionais do turfe.

Dornelles argumenta que, desde a sanção da lei, houve grande evolução no setor, como a gradativa independência das atividades de criação de cavalos de corrida em relação



Francisco Dornelles propõe redução da base de cálculo da contribuição

aos órgãos governamentais, de modo que hoje a atividade se sustenta sozinha.

“Nesse novo panorama, não se justifica que a contribuição incida sobre o valor bruto das apostas, ou seja, sobre o valor dos prêmios pagos aos criadores e aos profissionais, assim como aos apostadores”, justifica. O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é favorável à aprovação do projeto.

Parcelamento de multas de trânsito em discussão

O parcelamento de multas de trânsito em até seis vezes pode ser aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Essa flexibilização no pagamento foi proposta em projeto de lei (PLS 20/10) pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC) e pode ser votada na próxima quarta-feira.

Raimundo Colombo diz estar preocupado com a inadimplência de muitos motoristas que não têm condições de pagar, de uma só vez, multas de trânsito de valores mais elevados. O relator da matéria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), concorda com a medida. No parecer favorável ao PLS 20/10, ele argumenta que “se, em tese, o peso das multas é ca-



Projeto de Raimundo Colombo pode ser votado na quarta-feira pela CCJ

paz de induzir os cidadãos ao cumprimento da lei, na prática a impossibilidade de arcar com o pagamento de valores considerados excessivamente altos

tem levado uma legião de infratores à inadimplência”.

Ao admitir a possibilidade de concessão do benefício, entretanto, Alvaro Dias procurou deixar claro que a medida não ameaça o rigor da legislação de trânsito nem a gestão dos recursos gerados pelas multas. Segundo lembrou, as multas fixadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) variam de R\$ 53,20 (infrações de natureza leve) a R\$ 191,54 (infrações de natureza gravíssima).

Se esses valores, isoladamente, não se mostram muito expressivos, o relator do PLS 20/10 chama a atenção para casos em que o valor inicial da multa é multiplicado por dois, três ou cinco, conforme a gravidade da infração.

CMA analisa cadastro geral de obras inacabadas

A proposta de criação de um cadastro geral de obras públicas inacabadas pode ser votada amanhã, a partir das 11h30, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O cadastro permitiria fiscalizar essas obras com mais rigor, sanar possíveis irregularidades e evitar mais desperdício de dinheiro público.

De autoria do senador Fernando Collor (PTB-AL), o PLS 58/08 obriga o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) a consolidar informações encaminhadas anualmente por seus congêneres regionais (Creas), discriminando as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano que tenham participação financeira pública.

CCT analisa criação de fundação de pesquisa

Projeto de lei (PLS 409/03) do senador Hélio Costa (PMDB-MG) obriga as instituições de ensino superior privadas a constituir a Fundação de Pesquisa Universitária, destinada a promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. De acordo com a proposta original, a fundação seria mantida com 2% do faturamento bruto das universidades, faculdades e institutos de educação superior, além de 3% dos centros universitários. A matéria está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e poderá ser apreciada em reunião nesta quarta-feira, às 8h30. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), é favorável a substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Pré-sal: professor faz alerta sobre segurança

Não basta dominar a tecnologia de exploração do petróleo em águas profundas. É preciso também desenvolver tecnologia de segurança a fim de evitar acidentes como o que ocorreu no Golfo do México, na plataforma Deepwater Horizon, da British Petroleum.

Quem adverte é o professor Marcel Bursztyn, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado (assista pela internet em www.senado.gov.br/tv).

Para o professor, o acidente no Golfo do México deixou claro que as empresas não sabem como resolver problemas gerados a partir da exploração de petróleo em águas profundas. "A regulação deste setor terá de ser bem mais rigorosa e específica, pois as empresas terão de comprovar que de fato dominam também a tecnologia de segurança", disse ele, para quem esse cuidado também deverá ser adotado com relação à exploração de petróleo da camada pré-sal pelo Brasil.

No programa, Bursztyn também aborda questões como coleta e reciclagem de resíduos sólidos, tratamento do lixo e desmatamento na Mata Atlântica e na Amazônia. Apesar de dados oficiais apontarem redução no ritmo do desmatamento na Amazônia, o professor acredita que o problema só será resolvido com a interrupção completa das derrubadas.



Queima controlada de petróleo que vazou no Golfo do México: acidente serve de alerta, diz professor da UnB

Zona Franca tornou-se "ABC das motos", afirma Virgílio

Arthur Virgílio comenta informação segundo a qual as principais empresas fabricantes de motos decidiram se instalar em Manaus nos últimos três anos

O POLO INDUSTRIAL da Zona Franca de Manaus consolida-se como o "ABC das motos", dada sua expansão na fabricação deste tipo de veículo. O destaque foi feito na quarta-feira pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que chamou atenção para notícia do jornal *Brasil Econômico* sobre o assunto.

Ao comparar a Zona Franca à região do interior paulista, que se destaca na produção de automóveis, o jornal aponta que as brasileiras Dafra e Iros, a chinesa Traxx e a japonesa Kawasaki são algumas das fabricantes de



Arthur Virgílio também lembrou a greve no Judiciário federal em Manaus, que já dura 30 dias

motocicletas que decidiram se fixar em Manaus nos últimos três anos. A Zona Franca agora se prepara para receber investimentos da ordem de US\$ 2,8

bilhões para a instalação de fábricas, compra de insumos e componentes e contratação de mão de obra.

Judiciário

Arthur Virgílio também comentou a greve dos servidores do Judiciário federal, que já dura 30 dias em Manaus e atinge cinco municípios do Amazonas. Os funcionários cobram a aprovação de planos de cargos e salários.

– O governo não pode virar as costas a isso; precisa abrir um canal de conversação com os servidores. O diálogo é o melhor caminho – afirmou.

Extinção do exame da OAB continua sem consenso

A realização da prova de proficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para admitir em seus quadros profissionais que vão exercer a advocacia, é tema polêmico entre os senadores. Há quem defenda a extinção do exame, outros que preferem aperfeiçoá-lo e aqueles que sugerem avaliar a qualidade de todos os cursos superiores.

Tramitam em conjunto no Senado dois projetos: o PLS 186/06, de Gilvam Borges (PMDB-AP), que acaba com o processo de exame da OAB; e o PLS 43/09, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que estabelece novo critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior. Há também emenda apresentada ao PLS 186/06 que visa aperfeiçoar o exame feito atualmente pela OAB. Existe, ainda, proposta de emenda à Constituição (PEC 1/10) apresentada por Geovani Borges (PMDB-AP), suplente de Gilvam Borges.

O PLS 186/06 tramita na Comissão de Educação (CE), onde aguarda designação de relator. A primeira avaliação do projeto foi feita em novembro de 2008 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), decidiu encaminhar o projeto à CE, que examinou a matéria em outubro de 2009. O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), recomendou a rejeição da proposta.

Jorge Yanai diz que caiu desmatamento em MT

Jorge Yanai (DEM-MT) afirmou, em discurso, que "ao contrário da imagem propalada pelos veículos de comunicação", os produtores rurais de Mato Grosso mudaram e agora procuram conciliar a preservação ambiental com o aumento de produtividade de suas terras.

Prova disso, segundo o parlamentar, é que houve um aumento de 21% na produtividade (produção por área plantada) entre as safras 2005/06 e 2008/09, enquanto o crescimento da área plantada foi de apenas 4%.

Jorge Yanai observou que ainda há desmatamento no estado, mas que ele caiu de 11.800 quilômetros quadrados no ano agrícola 2003/2004 para



Para o senador, produtor está se preocupando com o meio ambiente

"não mais que 1.500 quilômetros quadrados atualmente".

– Questiono a visão distorcida que determinados setores da opinião pública mantêm sobre o desenvolvimento agropecuário

obtido em Mato Grosso. Imaginem muitos que seu crescimento ocorreu à custa de devastação ou degradação dos ambientes naturais. Na verdade, permanecem preservados no estado 64% da sua vegetação nativa.

O senador disse que os agricultores vêm transformando em plantações de cereais terras antes ocupadas pela pecuária. Com isso, a participação de Mato Grosso na produção agropecuária nacional, que era de 9,9% na safra 1994/95, chegou a 20,4% na safra 2007/08.

– Nossa participação dobrou em apenas 13 anos, correspondendo agora a um quinto da produção agropecuária brasileira – acrescentou.

Quintanilha destaca melhorias na educação do Tocantins

A área de educação do Tocantins será fortalecida com a decisão do governador, Carlos Gaguim, de elevar para R\$ 2.600 o piso salarial dos professores do estado, afirmou o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Ele lamentou a existência de disparidade em relação aos professores municipais, que ganham piso de R\$ 900.

Ex-secretário de Educação do Tocantins, Quintanilha

observou que o salário não é o único fator para melhorar o ensino. Mas "sem dignificar o principal agente da educação, sem reconhecer seu mérito, não podemos avançar nessa direção", disse.

A principal preocupação, na avaliação do senador, está nos municípios, a maioria deles afetada pela crise. "Como os prefeitos conseguirão aumentar os salários dos professores?", questionou.



Capacidade de pagamento das prefeituras preocupa o senador

O senador defendeu ainda a modernização das escolas, e afirmou que elas se encontram "na era jurássica".



Fim da corrupção pode custear gasto social, afirma Mão Santa

Mão Santa quer abono natalino a quem recebe BPC

Mão Santa (PSC-PI) defendeu projeto que garante o abono natalino àqueles que recebem o benefício de prestação continuada (BPC) da Assistência Social. Esse benefício garante um salário mínimo ao idoso e à pessoa portadora de deficiência incapacitada para o trabalho com renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. O projeto, de autoria do então senador Expedito Júnior, encontra-se em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a proposta (PLS 476/09), o abono terá o valor do benefício recebido no mês de dezembro e será pago da mesma forma que a gratificação natalina concedida aos trabalhadores. Para aqueles que começarem a receber o BPC no decorrer do ano, determina a proposta, o abono será concedido de forma proporcional ao número de meses ou período superior a 15 dias em que a pessoa tiver recebido o benefício.

Mão Santa destacou o alcance social da proposta, por atender a parcela carente, e disse que somente no Piauí serão beneficiadas 54,5 mil pessoas.

– Temos certeza de que a criação do abono natalino é medida de inegável justiça, por viabilizar a inclusão dos mais necessitados.

Corrupção

Mão Santa afirmou que para custear gastos sociais como o previsto no projeto bastaria eliminar a corrupção no país.

O senador citou pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizada em maio, que estimou o custo da corrupção no país em R\$ 69,1 bilhões em 2008.

Segundo ele, entre 1990 e 2008, o custo médio anual da corrupção teria ficado entre 1,38% e 2,35% do produto interno bruto (PIB).

A pesquisa demonstra que se houvesse empenho em diminuir a corrupção, o PIB *per capita* nesse período, que ficou em US\$ 7.954, poderia ter sido 15,5% maior – US\$ 9.784.